

Documentar e musealizar: proposta para o patrimônio arqueológico do museu de Arqueologia de Xingó (MAX/UFS)

Documenting and musealization: proposal for the archeological museum of Archaeology Xingó (MAX/UFS)

H. R. S. Santos¹ & E. C. Mendonça²

¹*Núcleo de Museologia, Universidade Federal de Sergipe, 49170-000, Laranjeiras-SE, Brasil*

²*Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, 49170-000, Laranjeiras-SE, Brasil*

heideroviene@hotmail.com

elizabeth.mendonca@gmail.com

Os dados trabalhados neste artigo foram levantados durante a execução do projeto “A Musealização do Patrimônio Arqueológico em Sergipe: estudo de caso sobre os processos de documentação no MAX/UFS”. O intuito é analisar os pontos pertinentes ao processo de gestão do acervo que se encontra em fase de instauração no museu e apontar como os processos de documentação museológica podem auxiliar uma instituição museal a potencializar o seu acervo como indicador de memória. A fundamentação da pesquisa foi construída com base em textos teóricos e de experiências técnicas de outras instituições de pesquisa que servem para elucidar e fomentar novas ações baseadas na interface entre a Museologia e a Arqueologia, já que ambas as áreas estão focadas na preocupação com a preservação do objeto e com a relação que este teve e terá com a sociedade. Por fim, serão tratados os resultados que encaminharam para o debate sobre os mecanismos de extroversão do conhecimento - por meio dos processos de salvaguarda (neste caso os procedimentos relacionados à documentação museológica) e fazendo referência como atividade fim, a criação de um sistema informatizado de banco de dados para uma possível comunicação museológica abrangente.

Palavras-chave: Museologia; Patrimônio Arqueológico; Documentação Museológica

The data discussed in this article were raised during the execution of the project "The process of archeological heritage musealization in Sergipe: a case study on the processes of documentation in the MAX / UFS". The purpose of this presentation is to analyze the relevant points in the process of asset management that is in the process of opening the museum and point out how the museum documentation processes can help an institution to enhance the museum its collection as an indicator of memory. The rationale of the research was built on theoretical texts and technical experience from other research institutions that serve to elucidate and foster new actions based on the interface between the Archaeology and Museology, since both areas are focused on concern for the preservation of object and the relationship that this has had is with society. Finally, the results will be treated who referred to the debate on the mechanisms of extroversión of knowledge - through the safeguard procedures (in which case the procedures related to documentation museum) and referencing as a core activity, the creation of a computerized system database for a possible communication comprehensive museum.

Keywords: Museology; Archaeological Heritage; Documentation Museological

1. A INSTITUIÇÃO

O Museu de Arqueologia de Xingó¹ (MAX), órgão suplementar da Universidade Federal de Sergipe (UFS), foi criado em 2000. Esta instituição foi pensada a partir do salvamento arqueológico realizado na região do Baixo São Francisco, na divisa entre Sergipe e Alagoas, para a implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó, gerida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), empresa que administra várias Usinas Hidrelétricas na extensão do Rio São Francisco [2]. Nesse salvamento foi coletado um vasto acervo constituído por cerâmicas, líticos e materiais biológicos (faunísticos e esqueletos humanos). Este acervo integra os bens culturais reconhecidos juridicamente, conforme Lei n° 3.494 de 26 de Julho de 1961² [1], como patrimônio da União, visto que contam o trajeto de um determinado povo e suas ações em uma época não tão próxima.

Nestes 11 anos de existência, o MAX é considerado uma instituição de renome em Sergipe e no Brasil, e destacado no que se refere à produção científica da área de arqueologia e ao processo de comunicação museológica³. Porém, mesmo diante de todas as realizações científicas, educativas e pedagógicas até então desenvolvidas no que tange os procedimentos de salvaguarda - em especial os relativos à documentação museológica⁴ - o museu ainda possui uma atuação limitada. Isto ocorre por ausência de investimentos em procedimentos de documentação ou de um mínimo inventário do acervo.

Os dados que comprovam essa limitação foram levantados durante a execução do projeto “A Musealização do Patrimônio Arqueológico em Sergipe: estudo de caso sobre os processos de documentação no MAX/UFS” e serão apresentados neste artigo com o intuito de analisar pontos deficientes no processo de gestão do acervo⁵ no que concernem as práticas realizadas na instituição, bem como apontar como os processos de documentação museológica que podem

¹ O Museu comporta duas unidades: a primeira, denominada Unidade Museológica, está localizada em Canindé do São Francisco e é composta por áreas expositivas - de longa e curta duração, laboratórios e galpões para guarda do acervo; a segunda, Unidade Administrativa, está instalada no Campus da UFS em São Cristóvão.

² Esta lei, baseada no Artigo 175 da Constituição Federal Brasileira, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos do Brasil.

³ O MAX/UFS durante seus dez primeiros anos focou suas ações de Museologia no viés da comunicação museológica, mais especificamente em exposições e ação educativa. Segundo BRUNO, “*comunicação museológica é um suporte fundamental para a transmissão de idéias, elaboração de conceitos, construção de imagem e apresentação de objetos, contextualizando o ser humano em seu meio natural e cultural, viabilizador de um processo de preservação, que, por sua vez, proporciona a extroversão do conhecimento produzido por meio das investigações*” [3].

⁴ A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia, desenhos, entre outros). É um sistema de recuperação de informação capaz de transformar as coleções dos museus em fontes de informações, em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento [8].

⁵ Neste trabalho, gestão de acervo é compreendida, conforme as palavras de Nicolas Ladkin, “*termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se com a preservação e a utilização do acervo, e registro de dados, e em que medida o acervo apóia a missão e propósito do museu*” [9].

auxiliar uma instituição museal a potencializar o acervo como indicador de memória⁶, enfatizando a importância da interdisciplinaridade das áreas da Museologia e Arqueologia para a compreensão das “*relações sociais e das transformações na sociedade*” [4]. Consequentemente serão tratados os mecanismos de extroversão do conhecimento - por meio dos processos de salvaguarda (neste caso os procedimentos relacionados à documentação museológica) e fazendo referência como atividade fim, a criação de um sistema informatizado de banco de dados para uma possível comunicação museológica mais abrangente.

2. BASE TEÓRICA: INTEFACE E GESTÃO DE ACERVO

Para trabalhar a Documentação Museológica do Patrimônio Arqueológico no Museu de Arqueologia de Xingó - MAX a pesquisa segue algumas premissas: a primeira cita que “*o desafio mesmo, é preservar a possibilidade de informação*” [5], e a segunda diz que “*a informação arqueológica é valiosa e mal utilizada*” [6]. Consequentemente para fundamentar este artigo foram utilizadas bibliografias (artigos, livros, monografias, dissertações e teses) que servem para elucidar e fomentar novas ações baseadas na interface entre a Museologia e a Arqueologia, visto que ambas as áreas do conhecimento pertencentes às ciências sociais, estão voltadas para o estudo e interpretação dos fatos. A interface tocada aqui, foca na preocupação com a preservação do objeto e com a relação que este teve e terá com a sociedade, as reflexões sobre como o objeto arqueológico pode ser trabalhado/estudado, os cuidados direcionados para o material arqueológico, desde o seu recolhimento durante as escavações até os procedimentos realizados em laboratórios de pesquisa e reservas técnicas e com a extroversão do conhecimento referente aos achados arqueológicos.

No que concerne a interface (Museologia e Arqueologia) e a gestão das informações, ou seja, como elas chegarão ao público alvo, buscou-se apoio em alguns autores, como Renfrew, Bahn, Shanks e Tilley, onde estes sustentam que apesar da Museologia (*Museum Studies*) ter se estabelecido como disciplina reconhecida existe entraves em sua relação com a arqueologia. Os dois primeiros afirmam que os museus, em geral, tratam os artefatos como objetos de arte, o que pode descontextualizar os artefatos de seu potencial histórico e étnico [7]. Os últimos, dentre outras críticas, destaca-se a alegação de que os museus podem gerar interpretações deturpadas sobre o passado, criando sua própria narrativa, a partir dos processos de seleção e classificação [12].

Baseados nessas enunciações, podemos dizer que o objeto arqueológico musealizado⁷ deve atuar como fonte de informação e articular conhecimentos entre as áreas afins, evidenciando o cuidado com o bem patrimonial por meio da interdisciplinaridade, com a finalidade de potencializar o acervo para a extroversão do conhecimento, seja por meio de exposições, ações educativas ou sistemas informatizados de catalogação que podem ser disponibilizados a consulta pública (por exemplo: na internet).

Como referência no âmbito da documentação museológica dos acervos no Brasil, temos Helena Dobb Ferrez, Diana Farjalla Correia Lima e Maria Inês Cândido. A última cita que “*é papel dos museus criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais objetos/documentos são suportes, estabelecendo a intermediação entre o indivíduo e o acervo preservado*” [18]. Lima [19] cita que a “*documentação museológica dos*

⁶ A memória é um tema estudado por diferentes campos de conhecimentos. Memória, neste trabalho, será compreendida de acordo com as palavras de POLLAK e CHAGAS. Segundo o primeiro, ela “*é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si*” [10]. Para o segundo, a memória “*é compreendida como a representação do passado no presente. A memória não é o passado, mas apenas a sua representação, e como tal é dinâmica e cambiante, é espacial e temporal, é individual e coletiva*” [11].

⁷ A relação profunda entre o homem – o objeto – em um espaço institucionalizado (museu) dando o nome de fato museológico. Visto estas ações, o homem só preserva e cuida daquilo que lhe é próximo, que lhe traz significado, ou lembranças. Ou seja, o que é importante para si e para aqueles que são seus pares. Isto se chama Musealizar [15].

acervos é um meio de alinhamento entre as práticas que uma instituição deve elaborar, para utilizar em seu ambiente de trabalho e sob a necessidade de Representar para comunicar”, com este processo a documentação como - a Prática, e por meio dela - a Representação, possibilita que uma instituição cumpra com um dos seus papéis básicos (porém, primordiais, de maneira significativa): informar, comunicar, socializar. Com isso as autoras acima descritas relatam um pouco da sua preocupação, com o fim dado as coleções quando estas chegam aos museus, às formas que serão acondicionadas, se ocorrerá à documentação do acervo e se esse será de fato musealizado.

Sobre a Musealização do Patrimônio Arqueológico temos autores como Manuelina Duarte Candido, Alejandra Saladino, Carlos Costa e Diego Lemos Ribeiro - o último, em uma de suas pesquisas realizadas também em um museu de Arqueologia, trata de questões relacionadas ao diálogo entre a Museologia e Arqueologia. Ribeiro trabalha o museu sob o olhar da Ciência da informação, a comunicação feita pelo museu e como o sistema de informação proporciona este processo, que deve ao menos garantir *“o entendimento, não basta a sua simples transmissão ‘via única’ de um pólo a outro, mas, sim, a necessidade de identificação ou negociação de significados entre fontes e o receptor”* [14]. A professora Maria Cristina Oliveira Bruno, um dos primeiros nomes a tratar esse tema no Brasil, em seu trabalho intitulado *“Musealização da Arqueologia: um Estudo de Modelos para o Projeto Paranapanema”* comenta que:

“Os procedimentos de documentação, assim como os de pesquisa, conservação e de comunicação integram a cadeia operatória que caracteriza o processo de musealização. Este processo em última instância visa o gerenciamento e a preservação das referências culturais/bens patrimoniais, a geração e a difusão do conhecimento, por meio de exercícios participativos e críticos, e a potencialização das noções de identidade e pertencimento.” [2]

Observando a citação acima e a realidade de vários museus brasileiros (entre eles o MAX), percebe-se que - em geral - nas instituições museológicas possuem problemas estruturais e as de cunho arqueológico não estão em escalas diferentes. Na maioria delas não são executados os procedimentos que integram a cadeia operatória para o gerenciamento, preservação e difusão do conhecimento dos acervos dessas instituições como citou a autora. Em inúmeras instituições a quantidade de objetos é extensa, o gerenciamento das informações e a possibilidade de pesquisa são limitados ou efetivamente não acontecem. Assim, o acervo torna-se incompreensível na sua totalidade, negando as populações da atualidade conhecer os processos culturais de povos que nos precederam e, conseqüentemente, fragilizando a salvaguarda da identidade cultural local.

Segundo Bruno [2] existem também outras questões que são importantes, e fazem parte da reflexão sobre a realidade de inúmeras instituições museais, incluindo o museu em questão - como trabalhar para que a população do entorno da instituição sinta-se parte integrante e permanente daquela musealização? Como garantir que o patrimônio cultural sob a guarda da instituição museológica saia do abandono, para ser propagador de memória? São questões que necessitam de orientações e práticas a serem desenvolvidas no local. Mas, que por hora essa discussão ficará para outro momento. Apesar de que, um acervo bem trabalhado via Documentação Museológica, proporciona uma melhor interação instituição/acervo/visitante.

Pensando na interação anteriormente citada, toda a bibliografia que foi selecionada para a formulação deste artigo possui em suas estruturas a preocupação com o acervo arqueológico como fonte de informação, posto que um artefato no momento em que esta sendo pesquisado torna-se único e precisa cumprir com a sua nova função social. No caso em questão podemos dizer que quando os objetos foram criados pelos povos pré-históricos, possuía uma serventia, agora eles foram redescobertos e cobertos de um novo significado e de uma nova trajetória. SALADINO cita:

“ainda que transformado em mais um produto no mercado [cultural], os bens patrimoniais são bens cujo valor simbólico não é completamente esvaziado, tem potencia em transmutar-se em elemento aglutinante, fator de coesão social – gerado pela vontade de memória e de legitimar um passado compartilhado.” [16]

Portanto é único, precisa ser evidenciado e cumprir com a sua nova missão de legar para as pessoas da atualidade informações sobre uma determinada época. Neste contexto, também podemos citar Carlos Costa [17] que em uma de suas pesquisas sobre a documentação museológica dos acervos arqueológicos pontua detalhes sobre a interface Museologia e Arqueologia, e sobre as especificidades de cada área do saber. Ao abordar a documentação museológica, tema específico do artigo em questão, ele comenta sobre os cuidados com a identificação documental e a sua abrangência: as características das coleções estudadas, do que seriam documentados e a função que está documentação teria.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão será restrita a unidade museológica do Museu de Arqueologia de Xingó, pois é nos antigos galpões desta unidade onde estão guardados os objetos/artefatos que constituem o acervo estudado. Ao adentrar nesses galpões é possível perceber o potencial do acervo como gerador de informação frente ao quantitativo e diferença de tipologia. Entretanto, também é nítido o pouco investimento destinado à conservação e à gestão da informação atribuída ao material -várias informações são divergentes e não existe documentação arqueológica e museológica associada.

Ao fim da primeira etapa do projeto (2010-2011), foi possível perceber que existe um descompasso referente à quantidade de objetos referenciada em documentos oficiais da instituição, alguns informam um quantitativo de cerca de 50 mil objetos, outros indicam 60 mil. Esta divergência acentuada de aproximadamente 10 mil objetos demonstra um desconhecimento do próprio acervo institucional, daí a proposta de inventariar o acervo buscando identificar e definir o quantitativo existente na unidade museológica. A implantação de uma política de gestão do acervo (especialmente de documentação museológica) poderá auxiliar a instituição a se conhecer e também elaborar propostas de reestruturação de seu espaço físico para acondicionamento dos artefatos.

Documentar os objetos de uma instituição, não se restringe apenas a organizar em prateleiras e acondicionar o material em caixas. As fichas para documentação museológica do acervo exigem critérios que são necessários para qualquer tipo de coleção (museológica ou arqueológica) *“para serem preenchidas exigem tempo de observação, análise, e pesquisas desde a bibliografia relacionada à natureza do objeto, catálogos do museu, relatos orais, fotos, termos de compra e doação, pareceres sobre estado de conservação, etc. [13]. São detalhes que mesmo mínimos, necessitam de atenção para que então possam ser atribuídas às coleções, condições de serem propagadores de conhecimento.*

Partindo das observações e seguindo em rumo as praticas, é possível ver uma gama de materiais (ósseo, lítico, cerâmico, entre outros) em estado de alerta do ponto de vista da salvaguarda, com isso vem a preocupação e a emoção. O primeiro sentimento nos lembra da responsabilidade que uma instituição e todo seu corpo técnico devem ter desde o concedimento de um endosso⁸ institucional a projetos de pesquisa de campo arqueológica, até o momento da socialização das informações. Em seguida percebe-se que não basta apenas a emoção de trabalhar com objetos com tão vasto valor cultural, social e científico, apesar de ser ela quem move muitas ações, para que as atividades básicas de musealização sejam executadas, é preciso superar a falta de estrutura administrativo-financeira e de corpo técnico especializado pela qual passam as inúmeras instituições brasileiras, inclusive o MAX. É preciso ressaltar que a

⁸ Neste caso, endosso é a menção assinada por uma instituição museal que garante que a mesma assumirá a tutela do material coletado em campo pelo projeto.

dificuldade pela qual passa o MAX é vista em outras instituições museológicas não só de cunho arqueológico.

O Museu em questão desde 2010 busca estruturar ações com base na literatura e na prática de outros projetos semelhantes que também visam a estruturação e organização técnica e informacional dos acervos. A proposta foi pensada, com base no parecer sobre o quadro de documentação museológica e de conservação dos objetos, de forma iniciar o inventário do acervo por tipologia de material, de acordo com a venerabilidade do mesmo. Para tal fim, foi organizada uma planilha que servirá para o inventário desse acervo, e paralelamente, foram iniciadas atividades de estruturação de um sistema de banco de dados (estudos dos campos de catalogação), já que a pretensão fim de um processo de documentação museológica é disseminar e tornar acessível a informação. Visto que não basta documentar, pesquisar e conhecer o quantitativo exato de materiais em uma instituição se todo o conhecimento adquirido via estes processos não forem extrovertidos e devidamente socializados.

O aporte técnico para desenvolver estas atividades é mínimo e, conseqüentemente, para realizar o inventário e verificar se existem 50 ou 60 mil objetos artefatos (como contam os relatórios institucionais) acarretará um pouco mais de tempo do que o período de agosto de 2010 a julho de 2011 no qual vigorou este projeto. Será preciso maior tempo também para a estruturação do banco de dados, visto que é um mecanismo que necessita de muita organização com aporte técnico mais estruturado e com um bom nível de segurança para o armazenamento das informações. No entanto, foram realizados os primeiros contatos com os responsáveis por sistemas de banco de dados em outras instituições museológicas, visando a escolha do programa informatizado a ser utilizado. Com estes procedimentos iniciais o projeto contribui com a instituição nos primeiros passos para atividades de organização gerencial do conhecimento sobre o acervo, utilizando-se das bases científicas proporcionadas com a interface entre as áreas de Museologia e Arqueologia. Posteriormente, se a experiência for incorporada pela instituição como rotina poderá ser complementada informações e recursos informacionais que viabilizem a difusão do saber e interatividade entre instituição/pesquisador/público.

A salvaguarda do acervo armazenado em “Reserva Técnica” é a tônica das ações deste projeto, pois os mesmos estão vulneráveis e a informação atribuída a estes ainda não foram catalogadas, ou seja, ainda não passaram por todos os procedimentos para se tornarem testemunhos musealizados. Em sua maioria, não fizeram parte de exposições ou foram pesquisado por um agente que trabalhe na intenção de propagar e difundir os resultados das relações das sociedades deixadas em determinadas regiões do país, neste caso, no baixo São Francisco (região de Xingó)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os museus e as possibilidades de informação contida nesses locais por meio do seu acervo, é possível identificar a necessidade de um método de gerenciamento da informação, nesse caso, à aplicação da Documentação Museológica como prática fundamental para uma gestão tanto de informação como de administração museológica. Desta maneira, a utilização mínima de um inventário para que, por meio da pesquisa e estudo da atual situação dos objetos, possam ser atribuídas a esses, métodos e procedimentos compatíveis. Os objetos musealizados são suporte para informação, servem como testemunho – auxiliando na construção de narrativas, (re)construções de memórias e sentimento de pertencimento. Neste contexto, podemos dizer que no âmbito da Museologia, estes são considerados as portas dessa construção e como janelas são consideramos os procedimentos de documentação museológica (aquisição, inventário, numeração, classificação, catalogação, etiquetagem, controle de localização e movimentação, relatórios do estado de conservação, descarte, entre outros), conjugados a intenção e o compromisso de comunicar ao máximo as informações adquiridas. Se o museu não permitir que os dados de um objeto ultrapassem as suas paredes, toda a ação desenvolvida se perde; a instituição nega as suas funções de detentora e difusora do conhecimento produzido.

Por fim, vale frisar que a documentação museológica não tem o poder de resolver todos os problemas relacionados a interpretação dos acervos em uma instituição, com ela é possível que

aconteça uma reorganização estrutural e conseqüentemente funcional desses objetos. A documentação não é a atividade mais importante de uma instituição. Contudo, ela é fundamental para que registros, tanto imagética como textuais, de um objeto/artefato que auxilia no processo de socialização da informação pesquisada para diversos públicos, em todos os níveis e a qualquer momento, bem como potencializa os objetos como instrumentos de (re)construção de memórias e reafirmação de identidades culturais.

1. Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos do país. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em: 19 de abril de 2011.
2. http://www.chesf.gov.br/portal/page/portal/chesf_portal/paginas/inicio Acesso em 10 de abril de 2011.
3. BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. São Paulo: FFLCH- USP, 1995.
4. FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2006.
5. CHAGAS, Mario de Souza. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. In: *Caderno de Sociomuseologia*, nº 2, 1994. pp. 33-54.
6. DE BLASIS, Paulo. De contexto a Contexto. IN: *Ciência e Museus*, Belém, v. 4, 1992.
7. RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*, Thames & Hudson, Londres, 4ª Ed., 2004.
8. FERREZ, Helena Dobb. Documentação Museológica: teoria para uma boa pratica. IN: *Cadernos de Ensaio*, n. 2, Estudos de Museologia, Rio de Janeiro: MinC / IPHAN, 1994. pp. 64- 74.
9. LADKIN, Nicola. Gestão do Acervo. Boylan, Patrick J. (ed). *Como Gerir um Museu: Manual Prático*. ICOM, 2004, pp. 17-31.
10. POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. IN: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
11. CHAGAS, Mario de Souza. Museologia, memória e patrimônio cultural. IN: CHAGAS, Mario. *Museália*. Rio de Janeiro; JC, 1996. pp. 89-92.
12. SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher. *Re-constructing archaeology: theory and practice*. 2a Ed. London-New York: Routledge, 1992.
13. DUARTE CÂNDIDO, Manuelina Maria. Estudo de Caso: a coleção de imaginária do Museu Diocesano Dom José In: *Caderno de Sociomuseologia*, nº 12, 1998, pp. 47-72.
14. RIBEIRO, Diego Lemos. *A ciência da informação em ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)*. Rio de Janeiro: UFF, 2007, 210p. (dissertação de mestrado).
15. GUARNIERI, Waldisa Russio. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e preservação. IN: *Cadernos Museológicos*, nº 3, IBPC, Rio de Janeiro, 1990.
16. SALADINO, Alejandra. Arqueologia Patrimonializada e Desenvolvimento Social: Perspectivas no Brasil e Portugal. IN: *Museologia e Patrimônio* - v.2 n.2 - jul/dez de 2009.
17. COSTA, Carlos. Proposta de instrumento documental museológico complementar para as coleções arqueológicas do MAE/UFBA. IN: *Revista Eletrônica Jovem Museologia: estudos sobre museus, museologia e patrimônio*, nº 4. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2007, 20p.
18. CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. IN: *Cadernos de Diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência de Museus, 2006. 2ª. Ed.
19. LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança Cultural (re)Interpretada ou a Memória Social e a Instituição Museu: releitura e reflexões. *Museologia e Patrimônio*, v. v.1, p. 33-43, 2008.